



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 69ª
(SEXAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 24 DE AGOSTO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.108, de 2016, e o Projeto de Lei nº 1.166, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato, conforme o acordo de Líderes, e incluo como itens extrapauta os Projetos de Lei nºs 1.108 e 1.166.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme o disposto no art. 109, IV, do Regimento Interno, a Presidência vai suspender a sessão por dez minutos.

(Suspensa às 15h27min, a sessão é reaberta às 15h42min.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, assessores aqui presentes, hoje, venho usar esta tribuna para dizer que a CPI da Pedofilia, Deputado Chico Vigilante, ouviu os responsáveis pela colocação de um *outdoor* com conteúdo sensual em frente a uma escola em Vicente Pires. Essa escola atende crianças de 2 a 12 anos de idade. Hoje nós ouvimos os três responsáveis: o dono da estrutura do *outdoor*, quem fez a veiculação e o dono da referida boate que fez a propaganda. As oitivas nos levantaram algumas dúvidas, principalmente em relação à legalidade de se colocar aquele *outdoor* naquele lugar. O *outdoor* foi colocado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, sem autorização de nenhum órgão público. Isso foi expressamente dito por todos que estiveram na oitiva. Outra coisa interessante também que foi colocada nas oitivas foi um suposto, talvez, erro de comunicação entre quem contratou o serviço, o dono da boate, e quem executou o serviço, que é um profissional liberal. Na realidade, não houve contrato assinado, nenhuma formalização da execução dessa questão. Na realidade, a informação que ele passou é que esse *outdoor* deveria ser colocado próximo à Estrutural, Deputado Joe Valle, e, por um erro, foi colocado na frente da escola, que é próxima à EPTG. Talvez haja esse erro de comunicação de Estrutural para EPTG e o erro de endereço, porque a rua em que foi colocado esse *outdoor* é a rua 7, e ele deveria ter sido colocado na rua 12. Então, talvez, tenha havido ali um erro grande de comunicação. E a CPI está justamente apurando se houve algum tipo de dolo nessa questão.

Nós também, semana passada, pedimos informações à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal sobre uma ação, Deputada Luzia de Paula, que prendeu treze pessoas aqui no Distrito Federal com diversos HDs com conteúdos pornográficos. Nós pedimos as informações dessa investigação da Polícia Federal, porque houve um caso grave de um servidor da Câmara dos Deputados que foi preso com vários HDs que continham quase 200 mil fotos de crianças nuas. Deputado Joe Valle, é interessante porque – eu não sei se é o mesmo conteúdo – a mesma prática aconteceu no ano passado, quando um fotógrafo foi preso no Sudoeste com diversos HDs também contendo fotos com crianças em posições pornográficas. O que eu acho mais interessante é que existe a possibilidade de haver ligação desse fotógrafo com esse servidor da Câmara dos Deputados. Nós fizemos essa requisição e também vamos ouvir esse fotógrafo que foi preso no ano passado,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

porque existe a possibilidade de o Distrito Federal fazer parte de uma rede internacional de fomento à prostituição infantil.

Só para vocês terem uma ideia, nós requisitamos ao Disk 100 – V.Exa. foi Secretário de Direitos Humanos aqui no Distrito Federal –, que encaminhasse à CPI todas as denúncias envolvendo abuso sexual de crianças e adolescentes. Deputado Chico Vigilante, nós recebemos, de uma tacada só, mais de 150 denúncias em menos de uma semana, encaminhadas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que é o responsável pelo Disk 100 nacional. Esse número nos assusta. A equipe técnica da CPI está se debruçando sobre esses casos para verificar se são casos isolados ou se existe alguma interligação, talvez, com alguma máfia de prostituição infantil aqui no Distrito Federal. Em breve, quem poderá ser convocado vai ser convocado justamente para esclarecer esses fatos.

Então, eu venho ao plenário hoje para apresentar essa espécie de miniprestação de contas daquilo que a CPI da Pedofilia tem levantado. Nós não vamos aceitar, Deputado Joe Valle, que o Distrito Federal, sendo a Capital da República, seja conhecido como a capital da prostituição infantil. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa. E, no que depender da CPI, se tivermos que desbaratar qualquer tipo de quadrilha, nós vamos até o fim, doa a quem doer.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Deputado Delmasso, permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa., Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Delmasso, eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar V.Exa. por trazer esse assunto tão doloroso, tão complicado, mas tão necessário ser discutido e levado muito a sério. Nós temos hoje uma realidade que nos envergonha muito, mais do que qualquer outra, porque são nossas crianças que amanhã vão estar aqui no nosso lugar e, infelizmente, a elas não está sendo dado o direito de viver como criança. Sua inocência está sendo tirada muito cedo, e estão transformando-as em monstros que não sabem o que querem da vida. E, depois, quando essas crianças se desviam no decurso de suas vidas, nós apontamo-lhes o dedo e dizemos que são bandidos, que são desregrados, damo-lhes várias conotações, colocamo-lhes vários rótulos, por um descuido da sociedade, por uma irresponsabilidade da sociedade com os seus pequenos. E eu pergunto: que mundo é este que nós vamos deixar para esse grupo que pede para viver, onde, muitas vezes, com monstruosidade, são ceifados do que têm de mais sagrado, que é a sua inocência?

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputada Luzia de Paula. Eu não poderia deixar também de agradecer a participação hoje do Deputado Prof. Israel e da Deputada Sandra Faraj nas oitavas. Eu gostaria de dizer que eles dois tiveram uma participação fenomenal, fantástica, principalmente para elucidar os fatos. Quero aqui parabenizá-los e agradecer a presença desses dois Deputados na CPI da Pedofilia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Também quero parabenizar a Polícia Civil do Distrito Federal pela disponibilização. Independentemente da crise que está se instalando – a polícia está se debatendo –, ela, Deputado Joe Valle, tem disponibilizado delegados e servidores para nos ajudar nas investigações, a fim de que possamos combater, de fato, o abuso sexual contra a criança e o adolescente no Distrito Federal. Então, quero mais uma vez agradecer a todos o apoio na criação dessa CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Deputado Chico Leite, V.Exa. quer falar em nome da Liderança?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Juarezão. Seja muito bem-vindo ao cargo que V.Exa. está ocupando neste momento. Se for necessário, que permaneça por mais tempo.

Venho aqui dar uma breve explicação a respeito deste tema que envolve a cidade nos últimos tempos: as emendas referentes à saúde. Hoje, durante a CPI da Saúde, o Deputado Cristiano Araújo fez uma deferência ao meu nome – sempre fico orgulhoso quando um colega reconhece a qualidade do nosso trabalho e fiquei honrado com a deferência que ele fez –, e quero só fazer uma pequena correção. De fato, ano passado, todos nós encaminhamos emendas para a saúde, em uma articulação muito bem-feita pelo Deputado Delmasso. Nós, marinheiros de primeira viagem, que não teríamos direito a emendas parlamentares, acabamos negociando com o governo e tivemos direito a 6 milhões. Na prática, o acordo era executar 5 milhões. Sobraria 1, portanto. E esse 1 milhão que sobrou, no finalzinho do ano passado, nós destinamos à saúde, mas não para pagamento de UTI, como o meu amigo Deputado Cristiano Araújo relatou hoje de manhã, durante a reunião da CPI, mas sim para pagamento de pessoal. Lembro claramente que eu e o Deputado Ricardo Vale conversamos ali atrás e especificamos que gostaríamos que a nossa fosse carimbada para pagamento de hora extra, como está aqui registrado na emenda aprovada nesta Casa, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Este ano, é claro, voltamos a mandar emendas para a área da saúde. Todo mundo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

lembra que a Comissão de Educação, Saúde e Cultura acabou capitaneando todo um trabalho para tentar minimizar o problema da Oncologia no Hospital de Base, o que resultou em uma vaquinha, digamos assim, de 32 milhões de reais para recuperá-la. Lembro a todos que esse dinheiro já começa a ser executado e que provavelmente neste mês o Secretário de Saúde será convidado a vir à Comissão de Educação, Saúde e Cultura para explicar onde cada centavo está sendo gasto. O Deputado Rafael Prudente e a Deputada Luzia de Paula, membros da nossa comissão, estão aqui. O Secretário – foi o que nós combinamos –, virá aqui, então, dizer onde cada centavo está sendo gasto, até por uma questão de transparência, fiscalização e para que saibamos onde os nossos esforços estão sendo aplicados.

Por fim, mais recentemente, no último crédito que foi aprovado nesta Casa, a pedido do Poder Executivo, já sabendo que nossas emendas não iriam ser executadas na plenitude, encaminhamos outras emendas para a área da saúde. São as emendas de nºs 65, 66 e 67. Todas elas são para a área da saúde, acordado com o governo, e, de fato, agora sim, neste último crédito, a pedido do governo, tem-se aqui o seguinte: 1 milhão para pagamento de UTI – atual, não é restos a pagar –; 1 milhão para aquisição de equipamentos hospitalares e 1 milhão para aquisição de medicamentos, que – todos nós sabemos – é um problema sério a ser sanado na área de saúde do Distrito Federal.

Agradeço mais uma vez ao Deputado Cristiano Araújo a deferência ao nosso nome e venho aqui trazer essa pequena explicação, para que não haja nenhum equívoco na interpretação do destino das emendas.

Aproveito, ainda, para falar que a CPI da Saúde tem feito um excelente trabalho. Não sou membro da CPI, mas a tenho acompanhado como um bom estudante, vendo tudo o que é debatido, anotando e, eventualmente, fazendo as minhas participações. E a CPI da Saúde tem aí uma coisinha para resolver em relação a essas denúncias feitas.

Deputado Joe Valle, temos aí uma relação triangular nessa questão. Em tese, saiu uma emenda da Câmara, supostamente carimbada para uma empresa, que é a tal da Intensicare. Mas, para o dinheiro sair da Câmara e chegar à empresa, alguém do Poder Executivo, como o próprio nome diz, teve que executar. E, se executou carimbado, é esse alguém que tem responsabilidade. Então, é este o trabalho da CPI: descobrir quem foi esse alguém, que é a terceira ponta desse triângulo.

Fica aqui o trabalho, fica aqui a dica para a CPI da Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu gostaria de registrar a presença dos alunos do Centro de Ensino nº 20 de Ceilândia, que estão participando do Projeto Cidadão do Futuro, como parte do programa Conhecendo o Parlamentar, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam bem-vindos a esta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Eu gostaria também de dar as boas-vindas ao nobre Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos meus colegas Deputados.

Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela chegada hoje às 15h – o Presidente chegando para abrir a sessão. Muito bom. Continue assim.

Eu queria falar um pouco sobre a minha volta. Eu estou de volta a esta Casa, da qual me licenciarei em outubro de 2015, para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH e, de alguma forma, contribuir com o governo de Brasília, com a população do Distrito Federal e, sobretudo, com a população em situação de vulnerabilidade social, carente de políticas públicas e que não encontram muito atendimento ou muita visibilidade nas políticas de governo.

Diante da complexidade da Sedestmidh, que é essa Secretaria que foi feita a partir de uma fusão de várias secretarias, procurei, com a equipe que formamos, implantar uma gestão de excelência e, para isso, tracei algumas diretrizes que foram cruciais.

A primeira é uma gestão planejada, de excelência, compartilhada e colaborativa.

A segunda, em função de termos grande parte do efetivo da Secretaria com atestado, implantamos um modelo de política de cuidar de quem sabe cuidar.

Trabalhamos, também, no processo de ter credibilidade e presença nas contas. Então, todos os dias, pela manhã, visitei equipamentos da Secretaria, para mostrar que a gestão estava ligada, atendida com o que estava acontecendo e com todos os problemas que aconteciam na ponta.

E a quarta diretriz que nós colocamos foi a radicalização da transparência. É tanto que, na última pesquisa, no último trabalho da Controladoria, nossa Secretaria ficou em primeiro lugar no quesito transparência em relação a todas as secretarias do Governo do Distrito Federal.

Além disso, articulamos um novo concurso, que acontecerá no primeiro semestre do próximo ano. Renovamos toda a frota de veículos da Secretaria e implantamos uma coisa que para nós é fundamental: o curso de gestão corporativa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

para gerentes. Essa foi uma lógica de trabalhar o curso para gerentes, para diretores e coordenadores. Nós formamos mais de 140 gerentes da Secretaria.

A grandiosidade desta Secretaria, responsável por promover de forma integrada políticas públicas de trabalho, emprego, geração de renda, assistência social, transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e por contribuir para a proteção social com atenção à equidade de gênero, raça e etnia no contexto dos direitos humanos, nos obrigou, de imediato, a radicalizar no planejamento estratégico nas unidades desta pasta.

Hoje, a Sedestmidh se encontra bem organizada em sua estrutura hierárquica e bem direcionada em sua meta e em seus objetivos, com quadro próprio de técnicos e especialistas da área de assistência social, ainda que deficiente em número. Portanto, acredito que a transição que se pretende fazer deva ocorrer com segurança e tranquilidade, sem rupturas nas políticas públicas prestadas por essa Secretaria. Não quero dizer com isso que todo o trabalho foi feito, pois é necessário aprofundar as mudanças iniciadas na nossa gestão.

Volto à Câmara também para dar continuidade ao trabalho realizado nessa Secretaria. Vamos aqui criar, Sr. Presidente, a Frente Parlamentar da Assistência Social para fortalecer, criar, e consolidar a política distrital de assistência social. Eu gostaria, com isso, de contar com a colaboração de todos os colegas, especialmente da minha colega Deputada Luzia de Paula, que é a Presidente da comissão nesta Casa.

Aproveito aqui para agradecer a oportunidade de contribuir com o Governador Rodrigo Rollemberg nessa difícil tarefa de governar o Distrito Federal. E, com isso, poder contribuir com a nossa cidade por meio de ações voltadas ao crescimento e desenvolvimento sustentável, à redução das desigualdades sociais, à suspensão das vulnerabilidades e riscos sociais e o combate a qualquer tipo de discriminação.

Portanto, Sr. Presidente, volto à Casa para recompor o time de Deputados que querem melhorar esta cidade. Neste sentido, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. implementasse um trabalho contínuo para que nós pudéssemos dar conta de todas as votações dos projetos de lei, e trabalhar as comissões desta Casa, como as CPIs que estão sendo movimentadas – o Deputado Delmasso acaba de relatar o trabalho da CPI da Pedofilia – porque esse trabalho a Câmara Legislativa precisa continuar fazendo.

Caso esta Câmara Legislativa não trabalhe de forma propositiva, a conta que se faz na sociedade é a de que ela não é necessária para a cidade. Esta é uma realidade dura e cruel. Precisamos mostrar para a sociedade que ela, sim, é necessária, que vale a pena, e que nós precisamos mantê-la, mas, para que isso aconteça, é necessário, é fundamental que todos nós Deputados, que fomos legitimamente eleitos, possamos dar a nossa contribuição trabalhando nas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

comissões, trabalhando nas CPIs, trabalhando neste plenário e fazendo-o funcionar, fazendo as votações, Deputado Rafael Prudente, para que as pessoas vejam o resultado do trabalho dos Deputados. Na verdade, esta crise é cíclica, pois tivemos uma crise um tempo atrás, e agora estamos tendo outra, e provavelmente tenhamos outras, mas também temos muito trabalho feito aqui neste plenário e temos pessoas sérias querendo trabalhar para mudar a cidade.

Então, Sr. Presidente, está em suas mãos colocar esta Câmara Legislativa para rodar neste momento de crise. Bote para rodar! Bote as comissões para funcionar! Venham para o plenário, chame todos os Deputados, vamos ficar aqui todos juntos votando e fazendo o que nós sabemos fazer, que são boas leis, boas discussões para melhorar a vida desta cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde novamente aos alunos de Ceilândia. Sou professor da rede pública e toda vida trabalhei em Ceilândia, onde morei a vida inteira também. Hoje habito em Taguatinga, mas vivo em Ceilândia. Então, é muito boa a presença de vocês aqui. Eu estudei na rede pública. Quem sabe, daqui a uns vinte e tantos anos, vocês não estejam aqui também neste plenário nos representando. Então, sejam todos muito bem-vindos. (Palmas.)

Sr. Presidente, senhores presentes, agora há pouco, estávamos aqui, à mesa, alguns Deputados debatendo, e eu acho que já está na hora de a Casa voltar a produzir, produzir efetivamente. Infelizmente, a nossa agenda tem sido muito negativa nos últimos dias em virtude dos últimos acontecimentos, que não precisa eu explicar nesta tribuna. Então, conversando ali com o Deputado Chico Vigilante e com o Deputado Delmasso, queremos propor uma agenda positiva para a Casa, para que, amanhã, ou na próxima semana, votemos algo de relevante interesse para a sociedade.

Eu creio que, com um bom diálogo entre os Líderes, Sr. Presidente, que comanda esta Casa agora, já dá para a gente colocar em votação, caso haja *quorum* amanhã ou mesmo hoje, se não for isso possível, na semana que vem, o projeto da CEB. As únicas dúvidas para a gente avançar nesse projeto foram estabelecidas pelo Deputado Wasny de Roure, mas, se eu não estou equivocado, S.Exa. já recebeu todas as orientações necessárias. É um projeto que pode capitalizar a CEB, contribuindo para melhorar a condição financeira da empresa.

O empréstimo da Caixa Econômica Federal, que passou da hora de a gente votar, representa desenvolvimento para esta cidade. A gente quer que a cidade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

avance, então tem-se que botar a máquina e o dinheiro para funcionar. Passou da hora de a gente aprovar isso.

A questão do Parque Ezechias Heringer também. A única problemática que envolvia isso eram algumas pendências estabelecidas pela população do Guará, com toda a justiça, e capitaneada pelo Deputado Delmasso, mas ele próprio já disse que essas pendências estão saneadas. Então, a gente pode também votar esse projeto.

Há um crédito do governo para ser votado, acho que vale a pena. Alguns Deputados não se sentem confortáveis neste momento em remanejar dinheiro para a saúde em virtude das denúncias, mas aqueles que não se sentem confortáveis, democraticamente, estão no direito de negar. Eu, particularmente, me sinto confortável, eu gostaria de votar isso, até porque o orçamento da saúde já está exíguo, na verdade, e, se a gente não capitalizar, vai parar aquilo que já está quase parado.

Por fim, para não ficarmos só a reboque das demandas do Poder Executivo, propomos ainda que sejam votados os projetos de Parlamentares como quer aqui o meu colega Deputado Rafael Prudente.

É importante ressaltar também que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, todo o Anexo 4, que trata da contratação de pessoal, tudo aquilo que foi emendado por nós Parlamentares foi vetado pelo Poder Executivo. A gente entende a questão financeira, mas o Poder Executivo não pode orientar plenamente os trabalhos que acontecem aqui no Poder Legislativo. Dou como exemplo a contratação de orientadores educacionais, uma importante função na Secretaria de Educação. Hoje nós temos uma carência de 570 orientadores educacionais, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias previa apenas a contratação de cinquenta. Foi feita uma emenda para ampliar essa contratação para 250, e a emenda foi vetada. Uma vez que é vetada, não se contratam nem 50, nem 250. Se a gente mantiver esse veto, a contratação será zero, prejudicando nossas escolas, prejudicando nossos estudantes.

Então, Sr. Presidente, peço aí a liderança de V.Exa., para que a gente possa colocar na pauta das próximas sessões também a análise do veto do Anexo 4 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Muito obrigado.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, obrigada. A minha solicitação é para cumprimentar os estudantes da minha cidade de Ceilândia. Também moro em Ceilândia há 41 anos e fico muito feliz de vê-los aqui. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Também quero aqui me somar ao Deputado Prof. Reginaldo Veras e acrescentar que realmente nós precisamos trabalhar e avançar nesta Casa. Trabalhar com essa agenda e principalmente nesses projetos da CEB e da Caixa Econômica Federal. Nós temos urgência de votar esses projetos porque carecem e muito essas empresas desse recurso que tem que passar pela Casa. Nós já estamos há algum tempo com esse projeto em pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, foi importante aquilo que o Deputado Prof. Reginaldo Veras colocou, ainda mais para mim que sou o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Diagnóstico, Tratamento e Prevenção do Câncer. Eu digo que nós temos, Deputado Prof. Reginaldo Veras, algumas emendas que aprovamos para a saúde no semestre passado. Mas eu digo a V.Exa. que estou incomodado. Incomodado porque nós não temos controle, Deputado Chico Vigilante. Nós mandamos a emenda e a partir daí – como eu estava conversando agora há pouco com o Deputado Joe Valle –, nós damos apenas um “vá com Deus” àquela emenda, porque quem contrata, quem paga, quem fiscaliza, quem faz todo o processo e quem assina o contrato é o Poder Executivo. E quem garante que não tem alguém envolvido com algum tipo de coisa errada lá dentro, Deputado Prof. Israel? Então, a gente fica um pouco receoso de pedir essas liberações.

Eu faço aqui uma sugestão ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é muito próximo ao Governador do Distrito Federal, para que ele mande uma carta específica solicitando e nos dando o aval do pedido dessas emendas. Então, ele pode mandar uma carta “olha, preciso da liberação disso, disso e daquilo”, para que a gente possa ter o respaldo do Governador do Distrito Federal.

Mais um assunto que me traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, é que nos últimos dias eu tenho sido perguntado por várias pessoas, colegas, membros da imprensa, sobre alguns procedimentos da Corregedoria.

Eu quero aproveitar este momento aqui para deixar claro e fazer um apelo a todos os Deputados. Pessoal, nós temos muitos problemas para resolver. A nossa cidade está repleta de problemas: nós temos a devolução de várias viaturas da Polícia Civil; nós temos policiais entregando os seus cargos; nós temos a Polícia Militar e os bombeiros reunidos entregando a sua pauta de reivindicações, na iminência de parar; nós temos uma greve do Metrô há mais de setenta dias; nós temos o caos instalado na saúde pública do Distrito Federal; nós temos obras importantes para a nossa cidade que não vêm acontecendo...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Então, eu peço aqui que este seja um momento de união, Deputado Ricardo Vale, e que a gente não faça prejulgamento das pessoas. Que a gente possa ter calma, tranquilidade, porque, no momento certo, a Corregedoria, a Mesa Diretora que está assumindo agora, bem como o Conselho de Ética darão a resposta que a população tanto espera. Sem prejulgamentos, mas com muita calma.

Nós temos também, gente, um procedimento, e um Regimento Interno a ser seguido. Primeiro, todo e qualquer processo que chegue à Câmara Legislativa tem que ter o aval da Mesa Diretora. Tem que ter a admissibilidade ou inadmissibilidade pela Procuradoria da Casa. A partir desse momento, o projeto é lido em plenário. Nós temos dois dias úteis, a partir do momento da leitura no plenário, para que o processo chegue à Corregedoria. O corregedor vai trabalhar e vai se debruçar em cima de todo e qualquer processo que chegue de pedido de investigação, vai requisitar todos os documentos necessários para que não pare dúvida nenhuma sobre nenhum processo ou procedimento. Nós temos dez dias úteis para a pessoa investigada entregar a sua defesa à Corregedoria da Casa, e o corregedor tem o prazo de quinze dias úteis, após os dez dias úteis, a proferir o seu parecer opinativo que será encaminhado à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Então, eu peço aqui, neste momento, muita cautela a todos os Deputados, porque, no momento oportuno, e no tempo regimental, nós vamos apresentar todo o nosso relatório e o nosso trabalho de investigação com muita tranquilidade não só a esta Casa. Eu tenho certeza de que esta Casa vai dar resposta, a Corregedoria vai dar resposta, a Mesa Diretora vai dar resposta e o Plenário, mais para frente, vai poder também se pronunciar quanto a todos esses problemas que nós estamos vivendo hoje.

Eu quero deixar claro a todos vocês aqui que, na semana passada, nós recebemos uma carta da própria Deputada Celina Leão pedindo que a Corregedoria investigasse todo esse caso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, e a Corregedoria no dia de hoje encaminhou um pedido para que a Mesa Diretora que está tomando posse neste dia ou nos próximos dias faça o encaminhamento o quanto antes de todo o procedimento à Corregedoria para que possamos iniciar os trabalhos o mais breve possível.

Então, Sr. Presidente, quero aqui agradecer V.Exa. e lhe desejar boa sorte na condução dos trabalhos de agora para frente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Consulto os Deputados se há acordo para encerrarmos os Comunicados de Parlamentares e entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.)

Como não há acordo, vamos continuar com os Comunicados de Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, Presidente Juarezão, a quem quero desejar boa sorte neste momento difícil por que passa esta Casa. Mas tenho certeza de que, com muita maturidade, com muita tranquilidade, com muita seriedade, nós vamos superar este momento, vamos realizar um processo de investigação muito sério nesta Casa para apurar as denúncias que pairam sobre vários Parlamentares. Evidentemente, quem não tiver culpa, nós vamos absolver; e quem, por um motivo ou outro, tiver realmente errado, tiver cometido desvio de conduta, será punido. É mais do que necessário que esta Casa dê uma demonstração para a sociedade e puna esse Parlamentar.

Então, é preciso que façamos um trabalho muito sério aqui de investigação, muito transparente, sem receio, sem medo. O Ministério Público já está trabalhando. Há outros órgãos investigando. Nós não temos que ter receio. Eu também acho que não temos que sair prejulgando ninguém, condenando ninguém, mas temos que fazer um trabalho extremamente sério e responsável para resolver isso o mais rápido possível, até porque, como diz o Deputado Rafael Prudente, nós temos pautas importantes nesta Casa, pautas a que temos que dar continuidade. E uma delas se refere a essa questão da Lei do Silêncio. Já está agendada para a semana que vem a votação do PL que pode alterar essa lei. Há mais de um ano debatemos isso, Deputado Juarezão.

Quero aproveitar e convidar a todos os Deputados, os que estão aqui presentes e os que estão nos gabinetes, para participar amanhã aqui da nossa comissão geral que vai discutir alteração da Lei do Silêncio. A lei que está em vigor não está funcionando, é uma lei que foi mal elaborada, estabelece níveis de decibéis que não permitem música em lugar nenhum, em lugar nenhum, porque não tem como ter música abaixo de 55 decibéis, que é o que a lei hoje estabelece. Essa é uma lei que está cheia de erros. Nós temos a obrigação de revê-la, até porque a própria lei diz que a Câmara deveria, depois de dois anos da promulgação dela, fazer essa revisão.

Portanto, vamos proceder de forma muito tranquila, estou consciente. Há outros Deputados aqui que já entenderam. Eu, o Deputado Rodrigo Delmasso e o próprio Deputado Julio Cesar trabalhamos no substitutivo ouvindo todos os setores que têm a ver com esse tema: o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Distrito Federal; o Sindicato dos Músicos; o próprio Ministério Público, com que conversamos; os conselhos comunitários; os prefeitos de quadra. Nós temos que fazer esse debate aqui amanhã para, na semana que vem, tomarmos uma decisão, que espero ser a alteração da lei, sem prejudicar ninguém, sem tirar o sossego de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

ninguém, até porque a própria Organização Mundial da Saúde diz que acima de 85 decibéis é que o som começa a prejudicar as pessoas.

Então, a nossa lei foi feita de forma muito radical, colocando apenas 55 decibéis; se a gente colocar o decibelímetro aqui, agora, a gente já está acima desses níveis. Então, a gente não quer atrapalhar. Há uma confusão nesta cidade porque as pessoas confundem esses grandes eventos, que são de outra legislação, que é um alvará que os órgãos públicos disponibilizam para esses grandes *shows*, esses grandes eventos que existem na cidade, que não têm nada a ver com a Lei do Silêncio.

A Lei do Silêncio trata de música e som em bares, igrejas e restaurantes, em áreas mistas, enfim. Outra coisa, grandes eventos é outra legislação. Então, a gente quer resolver esse problema aqui porque, infelizmente, são mais de 2 mil pessoas que perderam emprego no ano passado nesse setor, um monte de estabelecimentos que foram fechados, multados, além dos músicos, não é? Muitos músicos não têm onde tocar hoje no Distrito Federal.

Então, de forma muito tranquila, muito madura, tenho convicção, tanto eu como outros Deputados aqui, de que a gente precisa alterar essa lei sem tirar o sossego de ninguém, sem aumentar o barulho na cidade, como querem alguns aqui, que são contrários à alteração da lei.

Então, quero convidar a todos que estejam aqui amanhã para que nós possamos fazer um excelente debate. E espero também que o governo, que ficou de apresentar algumas propostas, seja o próprio Secretário de Cultura, o próprio pessoal do Ibram, o Secretário André... Enfim, todas as pessoas que tenham a ver com o tema e foram convidadas para estarem aqui amanhã, que venham e que a gente faça um debate, e que o governo possa trazer as contribuições porque, desde o início do ano, eles falaram que iriam contribuir.

Era isso, Sr. Presidente, boa sorte nesse período e conte comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou usar a tribuna nesta tarde para comentar aqui uma notícia que saiu agora há pouco no jornal *Metrópoles*, referente ao aumento do gás de cozinha e que, segundo o jornal, esse aumento vai ficar em torno de 25% mais caro no DF a partir do dia 5 de setembro, e um botijão de gás poderá chegar até a noventa reais! Isso significa que a crise do petróleo, a crise da Petrobras também está nos afetando porque está contribuindo com o aumento aqui do gás de cozinha.

Isso é lamentável porque temos também aqui no DF um grande índice de desemprego e, com o gás de cozinha nesse valor, acredito que muitas famílias vão passar necessidade, não vão ter nem como poder cozinhar a sua comida no dia a dia. Então, mais para poder protestar contra esse aumento do gás de cozinha aqui no DF, esse é o meu comentário nesta tarde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, existe um movimento, por solicitação do Secretário de Saúde e até por solicitação do Governador, no sentido de que os Deputados possam fazer e executar 6 milhões dos 18 milhões, e o restante colocar na área de saúde.

Tendo em vista toda essa celeuma que foi criada na Casa e tendo em vista que as despesas de saúde são por elementos de despesa... Por exemplo, tem lá: pagamento de medicação, pagamento de UTI, pagamento de serviços terceirizados... Quando você faz a destinação em qualquer um desses elementos e, por acaso, venha a acontecer alguma denúncia sobre compra de equipamento, ou sobre UTI, ou sobre serviço terceirizado, sempre vai cair nos ombros dos Parlamentares.

Então, tecnicamente, houve um entendimento da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com a Secretaria de Planejamento de que, em vez de o Deputado colocar os valores da emenda diretamente para a saúde, nós vamos fazer as emendas para reserva de contingência. De maneira que o Poder Executivo, o Governador, o Secretário de Saúde fiquem, na integralidade, com a responsabilidade sobre a aplicação desse saldo de emenda dos Deputados. É uma maneira de não pairar nenhuma suspeita, nenhum Deputado vai ficar à mercê de uma execução malfeita em qualquer um desses elementos de despesa.

Então, como esse projeto precisa que as emendas sejam feitas pelos Deputados, é o Projeto nº 1.193, de 2016, que essas emendas, as assessorias dos Deputados que se dispuserem a colocar o saldo das suas emendas... Ou seja, ficou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

acertado que 6 milhões seriam executados, e os 12 milhões os Deputados destinariam para a área de saúde, mas tendo em vista esses problemas todos que aconteceram, a orientação da CEOF, a orientação em meu nome, em nome dos Deputados Rafael Prudente, Wasny de Roure, Prof. Israel e Julio Cesar, é que façamos a destinação das emendas para reserva de contingência e fica o Governo do Distrito Federal responsável por fazer essa aplicação.

Outra informação. Eu sou suplente da 1ª Secretaria. Na Mesa Diretora que agora se instala, o Deputado Agaciel Maia é suplente no exercício temporário da 1ª Secretaria; assim, os atos da Mesa assinados, sejam por mim, sejam pelo Deputado Delmasso, sejam pelo Deputado Lira... É exatamente isso, fomos eleitos suplentes, estamos temporariamente respondendo pela 1ª, 2ª e 3ª secretarias. E, como a 1ª Secretaria é responsável pela gestão de recursos humanos, com autorização dos três colegas – do Deputado Juarezão, que é Vice-Presidente, e está no exercício da Presidência; com o Deputado Delmasso; e com o Deputado Lira –, nós decidimos nesse primeiro momento baixar um ato da Mesa proibindo qualquer pagamento de diárias e viagens; seja de Deputados, seja de servidores.

Por entendermos que, dada essa crise econômica e financeira, e normalmente é comum que quem viaja, seja no privado, é porque está em uma época boa de viajar, e estamos enfrentando uma crise muito séria no Governo do Distrito Federal... Então, o primeiro ato da interinidade desta Mesa, na área de recursos humanos, é exatamente este: o Deputado ou o servidor que quiser viajar, enquanto esta Mesa interina estiver no exercício dela, vai ter que viajar com dinheiro do próprio bolso. Vamos respeitar as autorizações anteriores. Não queremos fazer qualquer crítica sobre gestão anterior, mas a primeira decisão desta Mesa, por unanimidade, é exatamente esta: a partir de hoje nenhuma autorização para viagem, ou diária, nem de servidores, nem de Deputados.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje eu vou tratar de dois assuntos.

Primeiro, eu quero falar da crise instalada no nosso vizinho, o Estado de Goiás. Eu estava vendo hoje de manhã pela televisão que o presidente do Partido da Social Democracia Brasileira de Goiás, que é diretor da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Goiás, foi preso pela Polícia Federal. Foi preso porque estava desviando recurso público daquela autarquia para as campanhas políticas do PSDB de Goiás. Mas há uma situação mais grave, Deputado Joe Valle. Esses recursos eram desviados, segundo a Polícia Federal – a *Globo* divulgou, assim como a *Record* e a *Bandeirantes*, todas as redes de televisão –, para pagar banquetes e coquetéis no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Palácio das Esmeraldas. Isso é gravíssimo, mas me dá ânimo de demonstrar que, efetivamente, ninguém vai ficar impune neste país.

Até recentemente, os arautos da moralidade tinham elegido alguns elementos do PT – é raro, por isso têm de pagar – e tentavam satanizar o Partido dos Trabalhadores. A gente está vendo agora que são todos. Isso me deixa triste. E uma coisa também que está me deixando muito triste é a posição do Ministro Gilmar Mendes, que só agora descobriu que havia vazamento na Lava Jato. Até ontem, podia ter todo tipo de vazamento, porque era bacana, era legal. A partir de ontem, já não pode mais. Aí está um inferno, porque estão querendo transformar a Lava Jato num castelo de areia. A Operação Satiagraha é outra que foi detonada. Isso é lamentável, e efetivamente tem de se passar o Brasil a limpo: o Distrito Federal e o Brasil.

No segundo ponto, eu quero falar da violência que se estabeleceu sobre o Distrito Federal, Deputado Rafael Prudente, de ponta a ponta, em todos os rincões do Distrito Federal. Eu costumo dizer que democratizaram a violência para atingir o cidadão. Deputado Joe Valle, vai desde o Sol Nascente até o Lago Sul. Estou aqui com um relato e vou fazer o registro dele, de um morador do Recanto das Emas, em que ele diz o seguinte – ele me mandou por escrito e eu vou ler: “A partir da UPA da 109 até a 327, os assaltos a ônibus, nas paradas, e aos pedestres correm de modo pacífico e rotineiro”. Pacífico. Quer dizer, bandido assaltando de maneira pacífica, não é? Isso é, naturalmente, uma crítica à segurança. “Os cidadãos, sabedores do *modus operandi* dos vagabundos, sempre devidamente resguardados por delinquentes menores de idade”. Os meliantes, Deputado Wellington Luiz, maiores chamam os menores para servirem de uma espécie de escudo. Eu recebi esse relato. Essa é a pura realidade do que está acontecendo no Distrito Federal. É a falência do sistema de segurança pública do Distrito Federal. Eu lamento, porque estou aqui há quarenta anos. Estou aqui desde o tempo do Mário Eugênio, que tinha o *Gogó das Sete*, às 7 horas da manhã na *Rádio Planalto*, e às vezes quatro páginas no *Correio Braziliense*, no final de semana, relatavam o que acontecia. Bandidos famigerados, como ele colocava – era o caso do Gregorinho e outros. A nossa polícia, já naquele tempo, estava enfrentando, combatendo bandido, e tinha gosto de fazer o trabalho, porque havia remuneração.

A destruição, o sucateamento que estão fazendo das forças de segurança, especialmente da Polícia Militar e da Polícia Civil, eu quero saber a quem interessa, porque ao cidadão honesto, ao cidadão de bem e pagador de impostos não interessa. Nenhum cidadão fica satisfeito ao ver o sucateamento da polícia. A situação que está ocorrendo, Deputado Joe Valle, é mais grave ainda porque, com o nível que existe hoje de desânimo na corporação, especialmente da Polícia Militar, os policiais mais antigos estão saindo. Como depende de lei federal, não estão contratando novos. Portanto, o futuro nosso, no que tange à segurança pública, é dramático, é grave, e parece que ninguém está prestando atenção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

O Governador deveria ter a responsabilidade, Deputado Cláudio Abrantes. Deveria não, ele tem que ter. O homem foi Deputado Distrital, Deputado Federal, Senador da República e agora é Governador. Não dá para dizer que não conhece Brasília. O que deveria fazer? Chama, conversa, abre o jogo e mostra efetivamente a realidade do Distrito Federal. Chama a responsabilidade também do Governo Federal. Afinal de contas, a Constituição Federal diz que é obrigação da União organizar e manter a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar.

É bom que se diga que havia um acordo no governo anterior. Infelizmente, a Presidente Dilma Rousseff está passando por esse processo de cassação injusto. O acordo era que, quando viesse o projeto de aumento da Polícia Federal, viria o da Polícia Civil do Distrito Federal, porque sempre foi assim. Agora há aumento para a Polícia Federal e para a polícia dos ex-estados, ex-territórios. Todos estão tendo aumento porque são mantidos pela União, e Brasília está do lado de fora. Querem que os policiais fiquem dizendo que está tudo bem, ou é insubordinação. Não existe insubordinação.

Estou falando isso com a autoridade de quem enfrentou o tiroteio. Eu estava lá no meio, junto com os policiais e sei o que foi aquilo. Espero que o Governo do Distrito Federal não queira outro tiroteio, pois agora não tem quem faça, porque Polícia Militar e Polícia Civil do Distrito Federal estão do mesmo lado, e também do lado da cidadania.

Portanto, Governador Rollemberg, esta Câmara Legislativa tem ajudado muito V.Exa. Eu mesmo tenho ajudado. É só olhar aqui o tanto de voto: a gente vota nos projetos fundamentais do governo, mas não dá para ficar "só venha a nós, e o vosso reino nada". O vosso reino que nós queremos é o atendimento das reivindicações dos trabalhadores do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Registro a presença do ex-Deputado Olair Francisco.

Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 ao 149 relativos aos vetos da Ordem do Dia e votarmos as demais proposições e itens extrapauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma coisa aqui que quase nunca faço: parabenizar alguém. Eu quero parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade. Acabo de receber uma nota no WhatsApp, que ele acaba de expedir, licenciando-se da CPI da Saúde, dizendo que quer que tudo que está naquele âmbito seja apurado. Terminando, certamente ficando provado que não há nada contra S.Exa., o Deputado volta normalmente.

Deputado Wasny de Roure, quero parabenizar a atitude de grandeza do Deputado Bispo Renato Andrade. É assim que se faz. Em vez de ficar caçando chifre em cabeça de cachorro, ficar atacando esse ou aquele, S.Exa. tomou exatamente a medida que quem tem bom senso deve tomar. Eu me lembro do tempo do Presidente Itamar Franco, quando acusaram o ministro Hargreaves, o ministro saiu, apurou-se, não havia nada, ele voltou, e voltou mais forte.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria corroborar, Deputado Wellington Luiz, Deputado Juarezão, Deputada Telma Rufino, as palavras do Deputado Chico Vigilante. Eu tenho pelo Deputado Bispo Renato Andrade um enorme apreço, somos amigos de muitos anos. A atitude dele só enobrece esta instituição. Acho que S.Exa. deu uma demonstração de colaboração num trabalho difícil, delicado, e com toda a certeza cresce no conceito desta cidade pela postura que tem no momento tão difícil que a Casa atravessa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas com base no que foi dito pelos Deputados Wasny de Roure e Chico Vigilante, dando formalidade, eu gostaria de pedir licença a V.Exa. para ler aqui o Memorando nº 71, que foi endereçado a mim – como o Deputado Chico Vigilante está sugerindo. Se V.Exa. me permitir, eu vou atendê-lo e ler da tribuna.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concordo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos com um projeto da CEB – Companhia Energética de Brasília – de fundamental importância. Nós já aprovamos a autorização da venda que vai salvar a empresa. Precisamos, agora, fazer a segunda parte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Então, eu queria fazer um apelo. Conversei com as Lideranças. Elas concordam em V.Exa. colocar como item nº 1 da pauta a votação do projeto da CEB porque é de fundamental importância para a cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Já foi transitado. Já foi incluído.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então, ok.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – É proteção. Só porque eu sou da Oposição, V.Exa. me cortou. Já passou para o Deputado Agaciel Maia, que é da Base. Vou dizer, viu! (Risos.) Esta Presidência já começou, não é? (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Comigo não há Oposição nem Situação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Senti firmeza agora, Deputado Juarezão. V.Exa. é dos meus. Tem que pagar o bode que V.Exa. está devendo. (Risos.)

Presidente, dando continuidade ao que foi dito pelo Deputado Chico Vigilante e pelo Deputado Wasny de Roure, eu gostaria de pedir licença a V.Exa. para ler o Memorando nº 71, que foi assinado pelo nobre Deputado Bispo Renato Andrade, com relação ao afastamento dele.

“Brasília, 24 de agosto de 2016.

Assunto: Afastamento temporário da CPI da Saúde.

Ao Presidente da CPI da Saúde, Deputado Wellington Luiz.

Sr. Presidente,

Comunico meu afastamento temporário como membro titular da CPI da Saúde até o esclarecimento dos fatos que envolvam meu nome como objeto de investigação dessa CPI a fim de que essa comissão continue trabalhando com isenção, imparcialidade e bom andamento dos trabalhos.

Por fim, reafirmo meu total apoio, confiança e credibilidade aos membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito na certeza de que, em breve, me somarei a ela, dando continuidade aos trabalhos.

Atenciosamente,

Deputado Bispo Renato Andrade.”

Mais uma vez, parabéns ao nosso companheiro, o Deputado Bispo Renato Andrade. Tenho certeza de que logo, logo isso será esclarecido.

Obrigado, Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Volto à consulta de Líderes. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, passemos ao primeiro item para votação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.108, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.874, de 20 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências”.

Os Relatores são o Deputado Agaciel Maia e a Deputada Sandra Faraj.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto foi amplamente debatido na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Inclusive, nós oferecemos uma emenda nessa comissão pela qual os recursos provenientes do juro da multa passam a ser de responsabilidade do Pró-Receita – Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal –, tendo em vista a natureza desse projeto e o custo que ele vai representar para o Distrito Federal.

Esse projeto tem um enorme papel de fortalecimento do sistema fazendário no âmbito do Distrito Federal. Eu parablenizo essa iniciativa do governo. Eu já gostaria de ter votado isso quando ele veio ao plenário, mas, infelizmente, não foi possível. Eu creio que seja um projeto importantíssimo para fortalecer o sistema de arrecadação em nossa cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi declaração de voto em relação a esse projeto, que está em debate já desde o final do semestre passado. Vou aproveitar, com a permissão de V.Exa., esse momento para fazê-la. Vou fazer daqui mesmo.

Pedi a declaração só para dizer a V.Exa. que nós precisamos fazer o debate dos projetos nesta Casa, obedecer aos ritos. Todas as vezes que nós obedecemos aos ritos não há problema, porque não há problema com os dissensos, as divergências ideológicas. Não há nenhum problema com relação a isso, com relação às ideias, às opiniões. O problema é que, quando há burla ao rito, às vezes, com boa intenção, há desconfiança, suspeita. Eu venho lutando por isso há quatorze anos aqui nesta Casa.

Eu quero dizer que votei com muita tranquilidade depois do parecer do Deputado Wasny de Roure, que tem um enorme acúmulo exatamente na área orçamentária, Presidente.

Obrigado.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso para declaração de voto.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, antes de tudo, agradecer a todos os Parlamentares, porque o projeto aprovado já tinha sido aprovado antes do recesso. Foi aprovado em primeiro turno e já estava na pauta para aprovação em segundo turno. Então, quero agradecer a todos os Deputados, inclusive aos da Oposição, que estão, vamos dizer assim, ajudando a destravar a pauta para voltarmos a aprovar os projetos.

Eu também gostaria aqui de pedir que os Deputados permanecessem para que possamos aprovar projetos de Parlamentares, Deputado Agaciel Maia, porque isso é importante. Diversos Parlamentares que estão no plenário têm vários projetos – obrigado, Deputado Chico Leite – aprovados em todas as comissões. Esses projetos já receberam pareceres de mérito e da Comissão de Constituição e Justiça. Peço isso para que possamos aprovar os projetos dos Parlamentares aqui presentes.

Obrigado, Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para declaração de voto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de, nessa linha, como Líder da Maioria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

nesta Casa, agradecer a todos os Deputados aqui presentes: Deputado Lira, Deputada Luzia de Paula, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Delmasso, Deputado Chico Vigilante, Deputado Rafael Prudente, Deputado Wellington Luiz, Deputado Ricardo Vale, Deputado Chico Leite, Deputado Joe Valle, Deputado Wasny de Roure e Deputada Telma Rufino, que entenderam exatamente a importância que têm esses projetos.

Os Parlamentares que têm responsabilidade, competência, sabem que esses projetos, antes de serem do governo, são projetos da sociedade de Brasília. Portanto, eu quero parabenizar a todos pela aprovação em segundo turno desse projeto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para declaração de voto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sem necessidade, Presidente. Já fui contemplado com a fala do Deputado Agaciel Maia.

Muito obrigado.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.108, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.874, de 20 de junho de 2006, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União por meio da Caixa Econômica Federal na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências’”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Em relação à questão de ordem do Deputado Delmasso, informo que todos os projetos na pauta estão com tramitação concluída.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.166, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 525.077.362,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões, setenta e sete mil e trezentos e sessenta e dois reais)”.

Tramitação concluída. Houve apresentação de três emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.166, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 525.077.362,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões, setenta e sete mil e trezentos e sessenta e dois reais)”.

Essa matéria foi examinada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e recebeu parecer favorável. Foram apresentadas três emendas de plenário: duas emendas de autoria do Deputado Rafael Prudente e uma emenda de autoria do Deputado Wasny de Roure. São elas: a Emenda Modificativa nº 2, do Deputado Rafael Prudente; a Emenda nº 3, do Deputado Rafael Prudente; e a Emenda nº 4, na realidade, do Partido dos Trabalhadores, assinada pelos Deputados Wasny de Roure, Chico Vigilante e Ricardo Vale.

Trata-se de emendas de plenário, Sr. Presidente, que visam aperfeiçoar o texto. Não fazem alteração significativa, aperfeiçoam o texto do projeto encaminhado pelo Executivo e aprimoram também o parecer dado por mim na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Portanto, sou de parecer pela admissibilidade e aprovação das referidas emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de fazer esse debate. Esse projeto foi longamente debatido. Eu lembro bem que, nos últimos dias que tivemos do primeiro semestre deste ano, nós entramos nessa tarefa. Eu quero chamar a atenção



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

aqui de cada um dos colegas, do Deputado Wellington Luiz – o Deputado Rafael Prudente já sabe o que vou colocar –, do Deputado Lira, do Deputado Cláudio Abrantes, do Deputado Prof. Reginaldo Veras: há um problema fundamental nesse trato de matérias da CEB e da Caesb. Sr. Presidente, qual é o problema? As duas empresas sempre fazem uma leitura da dívida que o governo tem para com eles. Isso eles têm na ponta da língua. Só que não é suficiente. Os órgãos de controle entendem que o governo tem que atestar aquela dívida. Eu não posso dizer como a CEB diz: olha, o governo deve para a CEB 180 milhões de reais. E o governo reconhece quanto dessa dívida?

Então, Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal e um apelo tanto à CEB quanto à Caesb: elas têm que encontrar uma solução para essa pergunta, porque, quando nós, simples cidadãos, deixamos de pagar as nossas contas de água e de luz, a CEB e a Caesb, corretamente, vêm em cima de nós, inclusive com juros e multas, Deputado Joe Valle. O governo tem que resolver essa questão. Não basta a direção da CEB dizer: "Olha, o governo deve tanto". E o governo, o que é que diz? E aí ficam protelando ano após ano, porque não é a primeira vez que esse debate vem ao plenário desta Casa. Eu chamo a atenção dos colegas: não é a primeira vez e não é apenas neste governo. É um problema elementar de contas e de reconhecimento por parte do Poder Público no Distrito Federal, porque são empresas públicas, e o Governo do Distrito Federal tem as suas unidades, que são consumidoras de água, de energia e de esgoto, como a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde. Tem de haver o reconhecimento dessas dívidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. É só para observar aqui... Eu acompanho a fundamentação do Deputado Wasny de Roure, reconhecendo que é necessário que o devedor individualize essa dívida, porque o faz em nome da sociedade. Então, assiste razão ao Deputado Wasny de Roure em sua ponderação. Eu quero votar favoravelmente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Acho que é necessário. O momento político-econômico é um momento muito difícil. Nós precisamos ajudar a CEB, nós precisamos ajudar os trabalhadores e as trabalhadoras da CEB, mas deixamos esta observação ao Governo do Distrito Federal: o processo só se completará com esse reconhecimento de dívida.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, se nós não votarmos, vai cair o *quorum* e vamos perder uma votação extremamente importante. Eu só gostaria de pedir que coloquemos em votação rapidamente, por favor, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o Projeto de Lei nº 1.166, de 2016, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com a ponderação do Deputado Wellington Luiz. Eu vou falar um minuto a respeito desse projeto. Nesse momento, somos quatorze Deputados, doze Deputados e duas Deputadas. Eu queria fazer uma ponderação. Eu gostaria que todos os Deputados prestassem atenção, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a esta ponderação. Eu tive conhecimento hoje, Deputado Wasny de Roure, de que o Governo do Distrito Federal está querendo fazer uma parceria público-privada – PPP para cuidar da iluminação pública desta cidade, ou seja, passá-la para uma empresa. O preço da PPP vai ser a Taxa de Iluminação Pública que nós pagamos. Isso é grave, porque nós pagamos a Taxa de Iluminação Pública exatamente para o fortalecimento da CEB. Essa taxa não pode ser passada para uma empresa privada para fazer o serviço que é feito pela CEB. A CEB pode até terceirizar o trabalho, como terceiriza hoje, contratando empresas, mas não pode fazer uma PPP que dá como garantia a taxa de iluminação pública. Aí a CEB vai servir para quê, se isso acontecer no Distrito Federal? Eu pergunto: para que vai servir a CEB? Vai haver o sucateamento completo da CEB, porque sabemos que boa parte dos recursos dela hoje vem exatamente da taxa de iluminação pública. Portanto, quero deixar claro aqui: vou votar a favor do projeto, mas PPP pegando a taxa de iluminação pública, jamais eu aceitaria, Deputado Wellington Luiz. Foi esta a informação segura que recebi hoje: o governo quer fazer uma PPP, cujo preço é passar a taxa de iluminação pública para uma empresa privada, uma taxa que todos nós pagamos, tendo ou não iluminação pública nas ruas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – É importante salientar que o PMDB está aqui garantindo o *quorum* para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 08 2016	15h20m	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

votar esse projeto importante para o governo, mas que só nós estamos aqui, porque duas emendas de nossa autoria foram aprovadas, uma que garante que ele não gaste esse orçamento com outras finalidades antes de ter o recurso financeiro e também que, após o recebimento dessas ações, ele possa garantir esse recurso para pagar o que deve também ao Poder Executivo. Diante disso tudo, o PMDB garante aqui o *quorum* e vai votar esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas explicar para as pessoas que estão acompanhando que esse projeto é um crédito especial que abre à CEB o valor, salvo engano, de 500 milhões de reais. Por que esse crédito especial? No ano passado, foi autorizada a venda das ações subsidiárias da CEB, e o Poder Executivo não encaminhou, no projeto do ano passado, uma previsão de receita para ser incluso na Lei Orçamentária Anual deste ano. Tendo em vista que não houve essa previsão, o Poder Executivo agora encaminha esse crédito especial para incluir no Orçamento a previsão de arrecadação da venda dessas ações. Precisa haver essa previsão da venda das ações no Orçamento, obviamente, para que a CEB possa fazê-lo.

Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação do Projeto de Lei nº 1.166, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 525.077.362,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões, setenta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais)”.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h04min.)